

Usos do passado e usos da natureza: intelectuais brasileiros e a pandemia de covid-19

Uses of the past and uses of the nature: Brazilian intellectuals and the COVID-19 pandemic

Híkaro de Castro Dias Ferreira

Mestrando em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

hikaro.ferreira18@gmail.com

Recebido: 21/08/2025

Aprovado: 08/12/2025

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o movimento de escrita de ensaios que, em diálogo com ou a partir das Ciências Humanas e Sociais e Filosofia, buscaram atribuir sentido à pandemia de covid-19. Busca-se identificar de que maneira experiências do passado e concepções sobre a natureza foram mobilizadas como eixos explicativos para a crise da pandemia, bem como analisar as figurações de futuro nas narrativas da pandemia. Argumentamos que os intelectuais brasileiros buscaram se diferenciar do clima político negacionista, aproximando-se do discurso científico; que buscaram inserir a pandemia como expressões de uma crise mais ampla do tempo presente; que o surgimento da doença foi, por vezes, entendido como uma metáfora moral de vingança da natureza em crise; e que as imagens de futuro tenderam ao pessimismo.

Palavras-chave: intelectuais; história ambiental; covid-19

Resumen/Abstract: This article aims to analyze the essays that, in dialogue with or based on the Humanities and Social Sciences and Philosophy, sought to give meaning to the COVID-19 pandemic. We seek to identify how past experiences and conceptions of nature were mobilized as explanatory axes for the pandemic crisis, as well as to analyze figurations of the future in pandemic narratives. We argue that Brazilian intellectuals sought to differentiate themselves from the denialist political climate by approaching scientific discourse; that they sought to frame the pandemic as an expression of a broader contemporary crisis; that the emergence of the disease was sometimes understood as a moral metaphor for revenge by the nature in crisis; and that images of the future tended toward pessimism.

Keywords: intellectuals; enviromental history; COVID-19

Introdução

A chegada da pandemia de covid-19 no começo de 2020 significou, também, a disseminação de um novo léxico. Distanciamento social, quarentena, isolamento, lockdown, paciente-zero, curva de contágio, média móvel de infecção e mortes, taxa de mortalidade, grupo de risco: estes termos e muitos outros escaparam do espaço científico, chegando aos grandes veículos de comunicação e também ao vocabulário cotidiano. Por vezes, esse novo vocabulário causava confusão e esses termos eram utilizados de modo impreciso. Outro diferencial da pandemia de covid-19 estava, para além de seu léxico, na disseminação de sua iconografia. A imagem do SARS-CoV-2, uma esfera incrustada de espinhos, frequentemente representada nas cores verde ou vermelho, espalhou-se por toda parte, sendo objeto também de apropriações artísticas e satíricas.

Não foram apenas novas palavras e imagens que invadiram o vocabulário e imaginário, mas com a pandemia surgiram novas ideias e discursos. Como é frequente na história das epidemias, a disseminação de uma nova doença foi seguida por elaborações que objetivavam dar algum sentido àquilo que se vivia. Por um lado, a atribuição de sentido é uma forma de tornar a experiência algo inteligível e tolerável e, ao imaginar a doença como uma história, elaborar possíveis atitudes em relação a ela e vislumbrar o seu fim. Por outro, esses sentidos atribuídos às doenças não raro são carregados de ideias morais a respeito da relação entre os humanos e os agentes patógenos e o que o surgimento dos segundos significa para os primeiros. Pensemos na pandemia do HIV/AIDS na década de 1980. A chegada do HIV na França foi primeiro entendida como uma corrupção do corpo político francês cuja origem estava nos homossexuais estadunidenses. Já nos Estados Unidos a doença foi associada aos imigrantes haitianos (Nelkin; Gilman, 1988). Percebe-se, portanto, que antigas ideias preconceituosas foram instrumentalizadas a fim de elaborar uma explicação para uma doença até então desconhecida e construir alteridade entre determinada sociedade e outra. Assim, esse vocabulário estigmatizante para tratar da AIDS era tanto produto quanto produtor de um enorme medo da nova doença, bem como incentivava que esse medo produzisse atitudes preconceituosas direcionadas àqueles considerados culpados pela doença. No caso da pandemia de covid-19, Donald Trump, à frente do governo americano em seu primeiro mandato, se referiu ao SARS-Cov-2 como “vírus chinês” em diversas oportunidades. No Brasil, o gesto foi repetido pelo bolsonarismo, que buscava uma política externa alinhada aos Estados Unidos. Essas manifestações, além de suas implicações geopolíticas, carregavam boa dose de sinofobia.

O sentido das elaborações sobre epidemias e pandemias consiste em um problema histórico interessante. As ideias construídas em torno das doenças interessam não apenas enquanto narrativas, mas porque são significativas de uma percepção coletiva mais ampla daquela experiência em determinada região e intervalo de tempo e, talvez sobretudo, porque informam atitudes reais em relação às epidemias e pandemias. Este problema pode ser investigado à luz das contribuições da história ambiental, pois este campo “lida não apenas com a questão de como o meio-ambiente mudou [...] e quais efeitos essas mudanças tiveram nas sociedades humanas, mas também com ideias sobre o mundo natural e como estas se desenvolveram” (Arnold, 1996, p. 3. Tradução própria). Nesse sentido, podemos partir deste referencial teórico para investigar de que maneira a atividade intelectual humana buscou historiar e historicizar esse desafio posto pela nossa relação com o ambiente. Como colocou David Arnold, “investimos o ambiente e a sua história com mensagens morais severas: uma epidemia ou um terremoto tornam-se uma construção da nossa própria criação, um veículo para a nossa subjetividade” (Arnold, 1996, p. 58. Tradução própria). Mas essas histórias são nossas e não da natureza. A dificuldade de escrever uma narrativa sobre as pandemias reside na tensão entre esse “nós” e a “natureza”, o que é “nossa” agência e o que é a “agência da natureza”.

A escrita das histórias sobre essa relação é especialmente tensa porque, primeiro, não há como se aproximar do mundo biofísico de forma absolutamente objetiva: “O ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas” (Pádua, 2010, p. 93). Isso não significa que, na escrita não-ficcional, o homem cria o mundo biofísico como quer, mas que sua percepção do mundo é informada por modelos constituídos previamente. Segundo, porque a cognoscibilidade do passado do mundo, seja do mundo estritamente social ou do mundo biofísico, se dá a partir da narrativa, o que implica necessariamente na atribuição de sentido e na realização de escolhas, recortes e exclusões, bem como em uma dimensão retórica à escrita da história (Cronon, 1992).

Essa tensão é cada vez mais delicada conforme o ser humano passa a se perceber não apenas como agente histórico, mas como agente geológico, ou seja, as ações humanas sobre o planeta têm consequências para além da temporalidade da política, incluindo alterações na temperatura do planeta e no nível dos oceanos, extinções em massa e destruição de biomas (Turin, 2024). Este paradigma também decorre da percepção de que o que se chama de natureza possui uma história, formada por construções, destruições e reconstruções, e, portanto, “distante da visão tradicional de uma realidade

pronta e acabada, que serviria de referencial estável para a agitação do viver humano” (Pádua, 2010, p. 88).

Essas transformações, por sua vez, também reverberaram nas vidas humanas e, uma vez que não sabemos o que de fato significará para a humanidade viver de forma plena e sistêmica no Antropoceno, a cognição dessas transformações consiste em um problema complexo, pois obriga a “ter que especular em algum grau sobre os futuros possíveis que se realizam no presente, assumindo a responsabilidade pelos efeitos pragmáticos dessas especulações” (Turin, 2024, p. 707). Nas figurações de futuro está contida muita história do presente que as produz. O ano de 2020 foi marcado por essa tensão, vivenciada não apenas pela pandemia, mas por outras catástrofes ambientais que demonstram a sensibilidade da relação sociedade-natureza: no começo do ano, fortes enchentes e deslizamentos de terra no Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro deixaram mais de 70 mortos e 10 mil pessoas desabrigadas; o Pantanal e o sul da Amazônia viveram a pior temporada de seca em 50 anos; o Pantanal teve 26% de sua área total queimada, área quatro vezes mais do que a perdida em todo o período entre 2001 e 2019; quebrou-se o recorde de incêndios registrados na Amazônia, com 574 mil incêndios ativos em 2020¹. Foi também neste clima que a pandemia foi percebida. Em síntese, o momento do Antropoceno consiste no “momento de entrada da história humana na dinâmica da Terra e da dinâmica da Terra na história humana” (Pádua; Saramago, 2023, p. 659).

No Brasil e em todo o mundo, nos poucos meses que se seguiram à chegada da pandemia de covid-19, proliferou uma miríade de textos que, em diálogo com ou a partir das Ciências Humanas e Sociais e da Filosofia, buscaram expressar algum sentido social para a doença. Muitas casas editoriais, veículos da grande imprensa e periódicos acadêmicos dedicaram espaços a esses textos. Do ponto de vista da história, cresceu o interesse pela história das doenças, bem como a necessidade de historicizar a pandemia que então vivíamos. O passado passou a importar, não porque entendia-se que consistia em um imperativo ou explicação absoluta para o presente, mas porque poderia dar sentido à ruptura experienciada. Mas também porque acreditava-se na possibilidade daquela história, que mal havia começado e já era tão trágica, ser diferente da crise imposta, cujo fim e como seria esse fim ainda era nebuloso. Esses textos se caracterizam pela intenção de intervenção e possuíam sempre o futuro em

¹ Organização Mundial Do Meio Ambiente. El estado del clima en América Latina y el Caribe 2020, 2021.

perspectiva, tentando escapar do presente catastrófico, pois conforme disse François Hartog, “para se preocupar com os males do tempo [...], é preciso acreditar em uma certa abertura do futuro, acreditar na história, portanto, para poder escapar à imposição única do presente” (Hartog, 2017, p. 43). O passado era então invocado na forma de memória das experiências das quais poderíamos tirar alguma lição, positiva ou não. Como colocou David Arnold, refletindo sobre o crescimento do interesse pela história proporcionado pela pandemia,

O passado não apenas informa o presente; ele lhe dá significado. Produz alertas oportunos e lições persistentes; propõe um caminho a seguir. Além disso, transmite críticas à inércia, complacência ou arrogância das autoridades atuais, propondo paralelos com um passado mais distante. A história pode se repetir, mas, se formos sensatos, isso não precisa acontecer. A história transmite segurança no sentido de saber que o presente não precisa ser pior do que o passado e, prevenido pela experiência passada, pode concebivelmente se tornar melhor (Arnold, 2022, p. 220. Tradução própria).

Em uma época de forte sensibilidade historiográfica, aflorou-se a consciência de que a pandemia, tão logo surgiu, já era parte da história. Que história seria essa, escrita no calor do momento, nem sempre por historiadores profissionais e ainda debatendo-se contra o negacionismo? Quais futuros eram vislumbrados e quais passados eram mobilizados? Estaria a natureza se vingando da humanidade ou dando sinais de exaustão? Vimos a pandemia sendo enquadrada como lição, crise, oportunidade ou ainda como exagero; como um capítulo de uma história recente de grandes catástrofes ou como um ponto de ruptura; como um episódio de tempo suspenso ou acelerado; como produtora de uma realidade pior do que a anterior ou uma janela de oportunidade para melhorar o mundo. As balizas espaço-temporais que marcavam o início da crise da pandemia também variaram: enquanto alguns a viam como uma crise excepcional, outros voltaram à Primeira Guerra Mundial, à formação do capitalismo ou à colonização das Américas como princípios dos processos que culminariam na pandemia. Cinco anos depois, cabe alguma reflexão sobre esses movimentos e os significados dessas escolhas.

O objetivo deste artigo é analisar este primeiro ensaísmo surgido em torno da pandemia de covid-19 no Brasil à luz de reflexões sobre como as sociedades humanas enquadram e interagem com fenômenos não-humanos. Nós faremos este percurso analítico pensando como as narrativas sobre a pandemia mobilizaram, se apropriaram e transformaram ideias arquetípicas sobre a natureza e as doenças. A partir de modelos consolidados pela história ambiental, buscaremos entender como

concepções firmadas no pensamento ambiental contemporâneo foram utilizadas e modificadas para explicar a pandemia de covid-19, mobilizando diferentes narrativas sobre o passado histórico. Não se trata de um debate historiográfico exaustivo – tarefa dificilmente realizável em um artigo, em virtude da plurivocidade que marcou as humanidades durante a pandemia. Certamente, muitas contribuições interessantes para o debate acadêmico ficarão de fora deste texto². A escolha das obras debatidas se deu no sentido em que elas são representantes significativas de certas ideias e atitudes em relação à pandemia. Buscaremos contemplar três tendências que, em nossa análise, identificamos como preponderantes: as perspectivas liberal-democrática, marxista e decolonial, no contraste que construíram com os discursos de extrema-direita. Isso não significa que os textos aqui debatidos sejam metonímias das tais figurações de mundo, mas que partem de seus arcabouços. Também não trataremos exclusivamente de textos historiográficos escritos para um público estritamente acadêmico, mas de intervenções que, de alguma forma, façam um uso da história para explicar a pandemia e que busquem um diálogo público.

Subsidiariamente, também pretendemos articular o campo da história ambiental com o da história do tempo presente. Esta última vem, nos últimos tempos, demonstrando alguma atenção, ainda que tímida, para a relação sociedade-natureza, principalmente a partir da abordagem memorialística e da história oral. Muito desse interesse vem a partir do estudo das grandes catástrofes, como o trabalho de Regina Helena Alves da Silva e Andréa Casa Nova Maia (2020) sobre o rompimento da barragem de Mariana em 2015 e desta última junto a Guaracy Mendes Júnior (2024) relacionando crise ambiental e desindustrialização. Ao refletir sobre a historicidade da relação que as sociedades constroem com a natureza, tanto no tocante às ideias quanto no tocante às ações derivadas dessas ideias, a história ambiental pode ajudar a história do tempo presente em sua própria razão de ser, isto é, fornecer “uma profundidade ao passado próximo ou à atualidade” (Rouso, 2016, p. 231). Os usos do passado constituem um problema recorrente deste campo de estudos. É possível expandir

² Com o início da pandemia, a historiografia brasileira produziu, por um lado, preocupações imediatas com a salvaguarda da memória da experiência e o estudo das formas de temporalidade, que continuaram com agenda de pesquisa de vários historiadores no pós-pandemia; e, por outro, reflexões situadas entre o ensaio e o relato sobre as próprias experiências de ensino, pesquisa e extensão durante o isolamento. Sobre a primeira tendência, ver: Rodeghero; Weimer, 2021; Marino; Silveira; Nicodemo, 2020; Turin, 2021; Maciel; Ferreira, 2023; Iegelski, 2024; Bauer; Souza, 2024. Sobre a segunda, ver: Maia; Casa Nova, 2020; Almeida; Sesquim; Rodrigues, 2022.

esse passado para além das práticas políticas, que marca o campo da história do tempo presente, e incorporar, também, as práticas ambientais.

Construindo alteridade

Até meados do século XX, vigorou com alguma força no mundo ocidental a ideia de que o desenvolvimento científico e os avanços da medicina atingiram um patamar tão elevado de sofisticação que as epidemias e pandemias não voltariam a repetir-se no futuro. Essa crença estava ancorada em fatores como o desenvolvimento de antibióticos e das vacinas para influenza e poliomielite, o uso de inseticidas e a distância temporal da pandemia de influenza (“gripe espanhola”) de 1918-1919, que não foi sucedida imediatamente por outra de similar magnitude no ocidente (Arnold, 2022). Os ecólogos dedicados ao estudo das doenças, em diversas oportunidades entre 1930 e 1970, por vezes ofereceram “uma perspectiva mais cética, insistindo na capacidade dos patógenos de adaptarem-se às condições transformadas” (Nash, 2015, p. 796. Tradução própria). No entanto, a confiança da medicina ocidental se sustentou até a década de 1970:

No início da década de 1950, Macfarlane Burnet, australiano ganhador do Prêmio Nobel e pioneiro na pesquisa moderna sobre a influenza, escreveu: “De muitas maneiras, pode-se pensar em meados do século XX como o fim de uma das revoluções sociais mais importantes da história, a virtual eliminação das doenças infecciosas como um fator significativo na vida social”. Em uma edição atualizada de seu livro em 1972, Burnet chegou a concluir que a “previsão mais provável sobre o futuro das doenças infecciosas é que elas serão muito tediosas”. Esse triunfalismo foi compartilhado pelo cirurgião-geral americano William Stewart em 1967, que observou que “chegou a hora de fechar o livro sobre doenças infecciosas. Basicamente, eliminamos as infecções nos Estados Unidos” (Arnold, 2022, p. 181-182. Tradução própria).

Tamanho triunfalismo é ainda mais impressionante quando levamos em conta que, enquanto ele era declarado, epidemias e pandemias de impacto expressivo aconteceram. Para citar apenas alguns casos mais notáveis, houve a pandemia de influenza (subtipo H2N2, conhecida como “gripe asiática”), que matou entre 1 e 4 milhões de pessoas entre 1957 e 1958; a epidemia de febre amarela que matou 30 mil pessoas na Etiópia entre 1960 e 1962; a sétima epidemia de cólera que, iniciada em 1961, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda considera em curso e imagina encerrar apenas em 2030, já matou 30 mil pessoas; e a pandemia de influenza (subtipo H1N1, conhecida como “gripe russa”) que matou 700 mil pessoas entre 1977 e 1979. Porém, embora de grande magnitude, essas epidemias e pandemias se originaram ou concentraram seus casos nos continentes africano e asiático. Assim,

temos uma primeira concepção de natureza: *natureza como o outro*, do qual as sociedades desenvolvidas acreditam não apenas que estão separadas, mas que também são hierarquicamente superiores a ele (Arnold, 1996). Essa concepção traz uma dicotomia entre a urbanidade sanitária e a selvageria da qual as doenças emanariam. O mundo afro-asiático, nesta concepção, não é o mundo civilizado. Se a doença atinge o Primeiro Mundo, é na condição de invasor inimigo, nunca de natural. Por isso, a metáfora militar, forma comum de se elaborar sobre as doenças em um geral, é também tão amplamente utilizada para tratar dessas epidemias e pandemias: o vírus era um *inimigo* que invadiu a *fortaleza* do corpo, sendo preciso *derrotá-lo*. O curioso aqui é que a separação valorativa entre natureza e cultura possui uma fronteira móvel: o ser humano pode ser visto como natureza se sua forma de vida social for diferente do que se entende como ideal de cultura e civilização.

No caso da covid-19, esse discurso foi amplamente utilizado pela extrema-direita, especialmente porque ele é capaz de subsidiar uma retórica negacionista. A metaforização do novo coronavírus como uma arma biológica da China que visava desestabilizar a hegemonia dos Estados Unidos foi mobilizada pelo trumpista Jair Bolsonaro para justificar a inação do Poder Executivo na proteção social durante a crise da pandemia. Bolsonaro sugeriu em público que o SARS-CoV-2 havia sido criado “em laboratório” como parte de uma “guerra epidemiológica” em, ao menos, duas oportunidades³. Seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, para além de uma série de declarações negacionistas, causou uma crise diplomática ao fazer a mesma acusação, comparando a covid-19 com o acidente nuclear de Chernobyl em 1986, como forma de sugerir negligência e responsabilidade da China no surgimento da pandemia, e, depois, compartilhando uma notícia falsa de que o vírus havia sido criado em laboratório⁴. O então Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que “o chinês inventou o vírus” e que a vacina da fabricante chinesa SinoVac, adquirida pelo Instituto Butantã, do estado de São Paulo, seria “menos eficiente” do que a da estadunidense Pfizer e não

³ Murakawa, F. Bolsonaro ataca China e mente sobre pandemia e vacinas em culto em Goiás. Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/06/09/bolsonaro-ataca-china-e-mente-sobre-pandemia-e-vacinas-em-culto-em-gois.ghtml>>. Acesso em: 5 ago. 2025.; Militão, E. Sem provas, Bolsonaro cita vírus de laboratório e lança dúvida sobre China. UOL Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/05/bolsonaro-virus-china.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

⁴ Senado Federal. CPI da pandemia: relatório final. Brasília: Senado Federal, 26 out. 2021, p. 696-701.

transmitiria “segurança suficiente para a população pela sua origem”⁵. A postura anti-China e pró-Estados Unidos de Bolsonaro era conhecida desde o pleito de 2018 e a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, instituída no Senado Federal em 2021, foi de que este era o cerne da sinofobia bolsonarista:

Essa visão de mundo conspirativa e paranoica também preconiza que países que ameaçam a hegemonia dos Estados Unidos no mundo, como China e Rússia, por exemplo, estão comprometidos com ações sub-reptícias de guerra contra o Ocidente e seus valores. Uma dessas ações seria justamente a disseminação do vírus da pandemia. Essa é uma tese difundida nas redes da extrema-direita mundial e com a qual Bolsonaro e Ernesto Araújo [Ministro das Relações Exteriores] demonstraram concordar.

Para os defensores dessa visão, como a suposta disseminação do vírus pela China tem a intenção de fragilizar as economias do Ocidente, a resposta “lógica” ao desafio da pandemia não seria o distanciamento social, as medidas não farmacológicas e a vacina, mas sim a busca da imunidade rebanho, que mantém a economia funcionando e os custos financeiros desse combate em níveis baixos.⁶

Existe uma ligação evidente entre esse argumento e a defesa dos interesses do capital, à qual Bolsonaro sempre se dedicou, que preconizava a manutenção das atividades econômicas em detrimento da proteção da vida humana. Assim, ao associar o vírus à “China comunista”, qualquer ação que levasse ao recrudescimento das atividades econômicas seria uma ação que favoreceria o suposto avanço do comunismo e um atentado ao livre mercado. Por isso, a estratégia do bolsonarismo seria a da imunidade de rebanho, isto é, simplesmente permitir que as pessoas se contaminassem porque supostamente adquiria-se imunidade desta forma. Esta foi uma declaração do Presidente da República proferida no dia 17 de junho de 2020 durante uma de suas muitas transmissões virtuais ao vivo realizadas durante a pandemia:

Eu já me considero – eu não me considero não, eu estou – vacinado, entre aspas. Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou o vírus para valer. Então, quem contraiu o vírus, não se discute, esse está imunizado.⁷

⁵ Martello, A. Guedes diz que chinês inventou vírus da Covid e que vacina do país é “menos efetiva” que a dos EUA. Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/27/guedes-diz-que-chines-inventou-virus-da-covid-e-que-vacina-do-pais-e-menos-efetiva-que-a-dos-eua.ghtml>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

⁶ Senado Federal. CPI da pandemia: relatório final. Brasília: Senado Federal, 26 out. 2021, p. 564-565.

⁷ Queiroga, L. Bolsonaro contraria autoridades de Saúde e afirma que infecção por Covid-19 é “mais eficaz” do que vacinação. Jornal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-contraria-autoridades-de-saude-afirma-que-infeccao-por-covid-19-mais-eficaz-do-que-vacinacao-25066354>>.

É claro que esse discurso não se trata de uma lógica racional construída em torno de uma outra perspectiva, mas simplesmente da expressão discursiva dos imperativos de setores da burguesia nacional. A imunidade de rebanho não funcionaria para o novo coronavírus. Primeiro, porque muitas pessoas morreriam no percurso; segundo, porque é possível a reinfeção pelo vírus; terceiro, porque o incentivo à circulação do vírus poderia favorecer o surgimento de novas variantes, mais contagiosas e letais. Nada disso era desconhecido em 2020, mas o bolsonarismo não opera segundo os meios, mas sim a partir dos fins.

Nesse contexto, argumentamos que, de modo geral, os intelectuais brasileiros buscaram se diferenciar de tais construções discursivas, opondo-se, em um primeiro nível, a associações sobre o coronavírus que parecessem anticientíficas. Preconizou-se uma crença na ciência que servia como baliza para julgar o valor de determinada intervenção, pois a cientificidade das declarações servia para criar contraste entre a comunidade intelectual e o governo Bolsonaro. Nesse sentido, enquanto na Europa e nos Estados Unidos alguns intelectuais seriamente questionaram se a imposição do *lockdown* e do controle de circulação de pessoas poderiam se tornar uma ferramenta para o fortalecimento do poder do Estado, ampliação do autoritarismo e aumento da repressão contra imigrantes⁸, no Brasil, onde essas políticas sequer existiram a nível nacional, não havia espaço para qualquer intervenção que pudesse legitimar ressalvas quanto às recomendações científicas. Quando houve esse tipo de questionamento aqui, ele era justamente proferido pela fração negacionista dos próprios cientistas e trabalhadores da saúde, como ficou evidente nos posicionamentos do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Movimento Médicos Pela Vida (Ferrari *et al.*, 2022). Mas isso não significou, necessariamente, que as abordagens alinhadas ao consenso científico consistiam em abordagens neutras, livres de pressupostos morais e usos problemáticos da história.

⁸ Um exemplo de comentários desse gênero foi o posicionamento da filósofa Judith Butler, para quem o fechamento das fronteiras na União Europeia poderia representar um fortalecimento do nacionalismo e da xenofobia, já crescentes na região. Porém, Butler estava longe de defender, então, a não-adoção de medidas de proteção social e sanitária. O ponto fundamental para ela é que a face discriminatória das políticas de saúde adotadas, produziriam, na verdade, mais mortes. Ver: Butler, J. Judith Butler sobre a Covid-19: O capitalismo tem seus limites. Blog da Boitempo. Acesso em 5 ago. 2025. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>>.

Natureza, passado e futuro

Foi com a pandemia do HIV/AIDS na década de 1980 que o mundo ocidental construiu uma ideia racionalizada e secular que relacionava as doenças ao fim do mundo – ou, mais precisamente, ao seu próprio fim. Não se tratava, apenas, de uma fabulação catastrófica, mas de uma projeção. Em 1988, Susan Sontag percebeu, com bastante acuidade, uma nova forma de experienciar o tempo, a partir da relação que se estabelecia entre os mecanismos de projeção e a imaginação do futuro enquanto exponenciação da catástrofe do presente:

A consciência do futuro é o hábito mental – bem como a corrupção intelectual – por excelência desse século, tal como a consciência histórica, conforme observou Nietzsche, transformou o pensamento do século XIX. [...] A capacidade de projetar eventos futuros com certo grau de precisão ampliou a própria definição de poder, por ser ampla fonte de instruções a respeito da maneira de se lidar com o presente. Mas, na verdade, a capacidade de antever o futuro, antes associada à noção de progresso linear, transformou-se – com a aquisição de um volume de conhecimentos maior do que se poderia imaginar – numa visão da catástrofe. Cada processo é uma perspectiva que aponta para uma previsão apoiada em estatísticas. [...] Tudo na história ou na natureza, capaz de ser encarado como um processo de mudança constante, pode ser visto como algo que caminha em direção a uma catástrofe (Sontag, 2007, p. 147).

O tempo da AIDS era outro: naquele momento, as sociedades desenvolvidas rebaixavam seu horizonte de expectativa e a crise – climática, ambiental, política, social, econômica – aparecia com cada vez mais forma nas imagens de futuro⁹. Um futuro previsto e, supostamente, precisamente calculado. Não mais o das utopias, mas o do amanhã, ou, no máximo, daqui a alguns anos. Futuro como, no máximo, extensão do eterno presente em eterna crise. O surgimento da AIDS coincidiu com o estabelecimento do regime de historicidade presentista e muito da maneira que ela foi percebida foi informada por essa nova sensibilidade (Traverso, 2022)¹⁰.

⁹ O horizonte de expectativa seria o espaço de futuro ainda não experimentado que orienta a ação humana em busca de sua realização, sendo construído a partir da experiência passada, isto é, do “espaço de experiência”. Os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa formam, segundo Koselleck (2006), um par dialético que marca a experiência moderna do História. Segundo François Hartog, as sociedades ocidentais viveram uma transformação na forma de experiência do tempo no terço final do século XX, em que o regime moderno de historicidade foi paulatinamente substituído pelo regime de historicidade presentista, no qual o futuro almejado deixa de ser uma referência para o presente, que passa a produzir “diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro”, em uma postura imediatista (Hartog, 2013, p. 148).

¹⁰ Cabe notar, como o faz Enzo Traverso, que a atitude pessimista não foi a única que caracterizou a reação à crise da AIDS. O historiador menciona a atuação de grupos de ativismo como o Act Up, que transformou o luto em trabalho político, construindo redes de solidariedade e estratégias de ação política em defesa da população com AIDS. Porém, isso

Nesse modo de organizar a experiência humana no espaço e no tempo, a natureza era entendida, na definição de William Cronon (1996), também como uma *realidade virtual*. Isto é, uma forma de enxergar a natureza a partir dos problemas que ela enfrenta no momento da observação e da projeção desses problemas no futuro. Não se poderia visualizar esses problemas, mas experienciava-se como se eles já tivessem sido colocados, sobrepondo-se várias temporalidades. Cronon demonstra que, no final do século XX, os modelos computadorizados que baseavam essas projeções eram falhos, mas não obstante carregavam uma força argumentativa:

Os modelos computacionais nos quais baseamos nossas previsões sobre o que acontecerá com o aumento das concentrações de gases de efeito estufa são, na verdade, tão pouco sofisticados que sequer conseguem prever com precisão as mudanças climáticas passadas, muito menos as futuras. Insira neles os dados de 1900, e o clima que eles preverão para o nosso tempo presente terá pouca semelhança com o que estamos vivenciando agora. [...] Mas, como o fenômeno previsto é tão complexo, porque suas consequências podem ser tão catastróficas e porque não temos uma maneira melhor de investigá-lo, não temos escolha a não ser confiar nessas ferramentas falhas (Cronon, 1996, p. 47-48. Tradução própria)

Na contemporaneidade, toda doença é experienciada como, ao mesmo tempo, a realidade de sua disseminação e também a sua projeção. A percepção dessa projeção é mobilizada como justificativa de políticas públicas e sanitárias em relação à doença. A capacidade de projetar o futuro adequadamente é uma questão de poder, pois justifica determinada ação política. Nesse sentido, o tempo presente convive como nunca com as falsas projeções, a negação das projeções e o desmonte das ferramentas de projeção a nível de políticas públicas, precisamente para dissimular políticas predatórias como baseadas em dados. Se os métodos quantitativos ampliaram a relação entre informação e poder, hoje, a partir da manipulação, o falseamento e a negação das informações, a extrema-direita se apropriou de tal gramática para justificar suas práticas políticas. Mas isso não significa que os dados sejam neutros ou que sua leitura implique em uma atitude esclarecida. No caso da covid-19, os países que projetarem a doença como catástrofe possível ou – como fez o nosso – como apenas uma “gripezinha” tiveram atitudes distintas. A polêmica das projeções das mortes por covid-19 no Brasil exemplifica isso. Em depoimento à CPI da Pandemia em 2021, Luiz Henrique Mandetta, que ocupou o cargo de Ministro da Saúde do início da gestão Bolsonaro até abril de 2020, informou à comissão que entregou ao

não significa, então, que os ativistas do Act Up viviam em um regime de historicidade modernista enquanto o restante do mundo vivia o estabelecimento do presentista, mas sim que reagiram ao presentismo.

Presidente previsões de que o Brasil poderia ter até 180 mil mortes por covid-19 em 2020¹¹. Em junho de 2020, dois meses após a demissão de Mandetta, Bolsonaro o acusou de fornecer números “fictícios” à Presidência e de “vender o pavor”¹². Ao final do ano, o Brasil registrou 194 mil mortes por covid-19, considerando que os números são potencialmente subnotificados¹³.

Não se tratava apenas de visualizar diferentes números, mas de considerar dignos de atenção apenas determinados corpos. A ideia de que a doença só levaria à morte de idosos, pessoas já consideradas próximas da morte e que muitas vezes não realizam atividade econômica, levou à minimização de seus impactos por muitas lideranças globais (Silva et al. 2021). Não obstante, outras tantas lideranças que, em que pese conclamaram o potencial mortal do vírus, fizeram da pandemia uma janela de oportunidade para impor políticas hostis a grupos sociais considerados párias, como o fez a Índia com os imigrantes e trabalhadores pobres (Arnold, 2022).

A pandemia foi entendida logo como um processo cuja conclusão estava aberta, podendo levar à catástrofe ou a um futuro diferente. O que a pandemia transformaria em nossa sociedade? Essa questão foi uma preocupação desde muito cedo, pois as possibilidades eram múltiplas. Em uma época fragmentada como esta, a irrupção da pandemia incentivou o surgimento de histórias a partir de um passado também fragmentado. Esse senso de fragmentação foi exacerbado pela rápida percepção de que a pandemia de covid-19 seria de magnitude inédita e, portanto, não se tratava de um problema único do tempo presente, mas de um início de um novo futuro. Assim, novos passados e novas memórias emergiram, na tentativa de propor algum caminho para o futuro. A história da pandemia entrou em disputa porque entendia-se que se tratava de uma disputa pelo futuro. Uma das formas de construir uma história da pandemia foi colocando-a como um ponto de ruptura. Em *Quando acaba o século XX*, a antropóloga e historiadora Lília Schwarcz (2020) propôs que o começo simbólico do século XXI era a pandemia da covid-19, em um exercício em diálogo com o de Eric Hobsbawm de localizar o início do século XX a partir da Primeira Guerra Mundial. O texto foi elaborado a partir de seis

¹¹ TV Senado. CPI da Pandemia ouve Mandetta, ex-ministro da Saúde - 4/5/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIF8_FarAZs>. Acesso em: 5 ago. 2025.

¹² Bolsonaro afirma que Mandetta divulgou números “fictícios” da Covid-19. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-mandetta-divulgou-numeros-ficticios-da-covid-19/>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

¹³ Ministério Da Saúde. Covid-19: casos e óbitos. Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em 05 ago. 2025.

entrevistas e colunas de opinião publicadas em veículos da grande imprensa entre abril e junho de 2020. A lógica da autora reside na ideia de que os avanços tecnológicos do século XX aceleraram a experiência do tempo e borraram as fronteiras do espaço, porém o novo coronavírus – entendido aqui como atípico – teria deixado evidente um “lado humano e vulnerável” que apequenou a força da tecnologia à disposição do homem e seu propósito de exercer domínio sobre a natureza (Schwarcz, 2020, p. 7). Em seu percurso argumentativo, a pandemia é um produto, e não produtora, de uma crise mais ampla que se manifesta a partir do choque das sociedades humanas com o vírus, mas cujas raízes estão no próprio percurso que a humanidade já vinha traçando.

Para Schwarcz, era “hora de fazer da crise um propósito”, pois, assim, “Quem sabe construiremos um cotidiano com mais tempo e qualidade?” (Schwarcz, 2020, p. 13). A ruptura, portanto, deixava o devir da história aberto para um novo futuro. Assim, se o fim do século XX, para o marxista Hobsbawm, foi um fim melancólico com a derrota do socialismo, o exercício de Schwarcz é de pensar que o século XXI talvez tenha um começo diferente. A proposta de Schwarcz dialoga com a tese de Henry Rousso (2016) de que as fronteiras do tempo presente são definidas pela última catástrofe em data. As ditas últimas catástrofes, eventos transformados em acontecimentos que pressionam os historiadores por uma reinterpretação do passado recente e, ao provocarem uma ruptura, transformam a percepção a partir do que lhes sucede. Assim colocou Hannah Arendt, citada por Rousso: “Toda vez que há um acontecimento suficientemente significativo para esclarecer o seu próprio passado, a história advém. Será somente quando sobrevier, na história vindoura, um acontecimento novo que esse “fim” se revelará ser um começo aos olhos dos historiadores futuros” (Arendt *apud* Rousso, 2016, p. 25). A força do argumento de Schwarcz – e, talvez, sua própria razão de ser – reside no contraste que a ideia de ruptura criava com um jargão muito utilizado pela imprensa empresarial na época: a ideia de pandemia como um “novo normal”. Frequentemente, essa expressão era utilizada como forma de ver como trivial ou necessário algum elemento que consistia, na verdade, em uma lamentável expressão da crise da pandemia, como o crescimento da quantidade de pessoas no trabalho informal e precarizado ou a imposição de que muitos trabalhadores continuassem a exercer suas atividades em nome da manutenção dos lucros econômicos e em detrimento de sua proteção e saúde. Como em 26 de abril de 2020, pouco mais de um mês depois da chegada do vírus ao Brasil, quando uma unidade em Santa Catarina da multinacional Weg obrigou os 15 mil funcionários a voltarem à linha de produção, mas medindo suas temperaturas na porta e solicitando que mantivessem

“distanciamento” e utilizassem álcool em gel, e o Estadão narrou o episódio da seguinte forma: “Indústrias definem ‘novo normal’ ao retomar atividades”¹⁴. O que há de normal no tempo da fábrica ser mais importante do que o tempo da vida?

O que surpreende na argumentação de Schwarcz é que, em vez de tratar da *última catástrofe em data*, ela tratava da *atual catástrofe em curso*, em uma elaboração exemplar da própria experiência de aceleração que a autora localiza e do modo de observar as doenças como uma realidade virtual. Schwarcz pode ser vista como um tanto imediatista – o que não seria uma raridade no posicionamento de intelectuais públicos de ressonância como a sua –, mas sua intervenção é também um tanto significativa do incômodo que marca o tempo presente e da urgência de sua transformação. Mais expressivo ainda é o fato de que, ainda que tente ver a pandemia como um chamado para a ação, Schwarcz encerra seu texto com o prognóstico pessimista de que a confluência do abuso da tecnologia como forma de exploração do mundo e dos homens no mundo com as catástrofes naturais seriam justamente a marca do vindouro século XXI simbólico. Isto é porque o futuro que Schwarcz propõe não é radicalmente diferente do presente, mas apenas o presente melhorado. A autora entende que é possível estabelecer uma relação diferente com a natureza, mais ecológica, em que não se abuse de seus recursos por via da tecnologia. Em outras palavras, Schwarcz – nos limites talvez impostos pelo pensamento liberal-democrático – acredita em um capitalismo mais racional e responsável.

Em *Crise e pandemia*, o jurista de orientação marxista Alysson Mascaro também enquadra a pandemia como evento que faz parte de um processo mais amplo, mas aqui se trata da crise do capitalismo. Lançado em 2020, o ensaio foi o primeiro volume da série “Pandemia Capital”, da Boitempo Editorial, que publicou diversos textos de intelectuais e ativistas convidados a refletir sobre a crise da covid-19. Em que pese as crises, segundo Mascaro, serem parte estrutural do capitalismo, as origens do processo daquela crise catalisada na pandemia seria a continuação da falência do capital financeiro, iniciada em 2008, a partir da qual observou-se um fortalecimento da direita e a retomada do processo de acumulação. Agora, com a covid-19, para além de uma crise do capital fictício, teríamos também uma crise social.

¹⁴ Scheller, F.; Silva, C. Indústrias definem “novo normal” ao retomar atividades. Estadão. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20240420140320/https://www.estadao.com.br/economia/industrias-definem-novo-normal-ao-retomar-atividades/>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

Assim, os problemas colocados pela pandemia e as soluções propostas pela política não seriam suficientes, pois não seriam radicais:

contra a fragilidade do sistema da saúde semipúblico e dependente do capital, não só hospitais de campanha, mas a saúde pública universal; contra o desemprego, não só novos empregos ou bolsas de apoio, mas a tomada dos meios de produção; contra as habitações precárias, não só tendas provisórias, mas o fim da propriedade privada (Mascaro, 2020 p. 7)

É a partir dessa perspectiva radical que o filósofo do direito tenta vislumbrar alternativas para o imbróglio. O ceticismo – senão o pessimismo – do autor é bastante significativo, para quem o futuro não se abre como um horizonte para utopias, mas como, no máximo, talvez uma fresta para o surgimento de vanguardas revolucionárias:

é possível vislumbrar – sem nenhuma certeza de que isso acontecerá – que, com a crise econômica e a pandemia, o atrito na constituição da subjetividade seja materialmente tamanho que tal situação enseje um movimento de crítica estrutural. Então, nesse momento posterior, poderão surgir, no Brasil e pelo mundo, vanguardas e lideranças novas que deem linhas de sentido, bandeiras e horizontes às lutas (Mascaro, 2020, p. 22)

A própria certeza de Mascaro de que as crises do capitalismo tendem a ser neutralizadas pelo próprio capitalismo informam a hipótese, que se coloca com mais força e que o autor considera “quicá mais provável”, de “que a crise do capitalismo se resolva mantendo-se a própria crise como padrão ou, então, salvando-se a acumulação mediante seu recrudescimento neoliberal, reacionário, com modalidades fascistas” (Mascaro, 2020, p. 23). *A posteriori*, este pareceria o prognóstico mais realista, mas o que interessa aqui é como é indicativo da época presentista que nem mesmo os pensadores radicais conseguem crer em perspectivas que imaginem algo diferente das crises do presente.

Um ponto que surpreende na argumentação de Mascaro é necessidade de assumir uma posição radicalmente antropocêntrica logo nas primeiras frases:

Não se pode limitar a pandemia do coronavírus às chaves de explicação biológicas ou da natureza. Trata-se de uma crise eminentemente social e histórica. A reiterada fragilidade da relação humana com a natureza corresponde a uma parcela pequena dos problemas presentes (Mascaro, 2020, p. 6).

É evidente que uma pandemia não é somente um fenômeno biológico. Mas isso significa que a relação sociedade-natureza seja “uma parcela pequena dos problemas presentes”? Mais importante

ainda: a crise é menos “social e histórica” se ela for também ambiental? Mascaro trabalha com uma oposição entre o ambiental e o humano, a partir da qual o capitalismo enquanto processo provocaria uma crise no segundo, mas pouco diria respeito ao primeiro. Para Raymond Williams (2011), consiste em um erro o exercício intelectual que separa, em termos singulares e abstratos, homem e natureza ou a economia e a ecologia. Não é uma novidade dizer que parte da crise do capitalismo decorre justamente da apropriação incessante de recursos com o fim de transformá-los em riqueza, assim como o trabalho dos homens é também apropriado. Ainda segundo Williams, a linguagem que é utilizada para a exploração da natureza é a mesma utilizada para a da exploração dos homens: dominação, submissão, controle e exploração são todas atitudes do capitalismo em direção ao mundo e aos homens no mundo e o projeto de submeter ao mundo biofísico é também análogo ao projeto de submeter o mundo social humano¹⁵.

Dentro do marxismo, o ecossocialismo vem, há alguns anos, buscando maior comunicação entre a crítica marxista e a crítica ecológica. Este é o exercício proposto pelo pensador Michael Löwy, para quem a questão ecológica é o “grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI” (Löwy, 2014, p. 40). O ecossocialismo nasce como crítica ao capitalismo, mas também à ecologia política dominante na Europa, uma vez que esta última tende a acreditar na possibilidade de um capitalismo responsável e ecológico, desconsiderando a tendência produtivista inerente ao capitalismo (Löwy, 2014). No que consiste, então, o ecossocialismo? Para Michael Löwy:

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas a lógica do mercado e do lucro assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do “socialismo real” são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. Ainda que critiquem a ideologia das correntes dominantes do movimento operário, eles sabem que os trabalhadores e as suas organizações são uma força essencial para qualquer transformação radical do

¹⁵ Cabe reconhecer que muitos pensadores socialistas e social-democratas na primeira metade do século XX, ao acreditarem no progresso linear da história e ao exacerbarem a importância do desenvolvimento técnico, também produziram imagens de uma natureza controlada pelo homem, distinta da humanidade e inferior a ela. Walter Benjamin foi um dos primeiros que se voltou contra esse entendimento. Em suas Teses sobre o conceito de história, criticou a tecnocracia do marxismo vulgar e da social-democracia, que acreditavam que, conforme se desenvolvesse a técnica, emancipar-se-ia o homem. Para Benjamin, isso produzia uma concepção de trabalho conformista com o capitalismo, na sua dimensão exploratória do trabalho humano e dos recursos naturais: “O trabalho, como agora compreendido, visa uma exploração da natureza, comparada, com ingênua complacência, à exploração do proletariado” (Benjamin *apud* Löwy, 2005, p. 100). Benjamin, assim, imagina, em sua utopia, “um tipo de trabalho que, longe de explorar a natureza, libera as criações que dormem, como virtualidades, em seu ventre” (Benjamin *apud* Löwy, 2005, p. 100).

sistema, e para o estabelecimento de uma nova sociedade, socialista e ecológica (Löwy, 2014, p. 44).

A perspectiva ecossocialista tem sido, para muitos marxistas, uma saída – ainda que, evidentemente, não seja a única – para o rebaixamento do horizonte de expectativas ao propor um programa de ação alinhado às demandas desta época, na qual as utopias revolucionárias são pouco inspiradoras. Michael Löwy rejeita, aliás, o rótulo de utópico: “Os utópicos são aqueles que apresentam uma bela perspectiva de futuro e a imagem de uma outra sociedade, o que é obviamente necessário, mas não é suficiente” (Löwy, 2021, p. 54). O importante seria pensar em um novo paradigma de ação anticapitalista.

Em 2021, Löwy publicou o artigo *Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecossocialista*. Em sua perspectiva, a pandemia de covid-19 também seria condicionada pelo capitalismo, porém não apenas em virtude das reações político-econômicas ao seu surgimento, mas seu próprio surgimento seria determinado pela dinâmica do capitalismo, na qual inclui-se a degradação do ambiente e a supressão das distâncias, o que favoreceria o surgimento e a disseminação das doenças. Não obstante, a ocorrência de futuras epidemias também estaria no campo do possível, à medida que o capitalismo avança incessantemente:

Se conseguirmos nos livrar desta, outras epidemias aparecerão, enquanto continuar a destruição do meio ambiente, a transformação de todos os animais em mercadorias e a invasão das florestas pelo agronegócio. E quaisquer que sejam suas origens precisas em um ou outro ponto do planeta, enquanto continuar a globalização neoliberal e a movimentação incessante de mercadorias e de passageiros de um lugar para outro, elas se estenderão inevitavelmente pelo mundo inteiro. A multiplicação irracional do transporte marítimo e aéreo, resultado inevitável das políticas neoliberais de deslocalização da produção, é ao mesmo tempo uma fonte crescente de emissões de CO₂ e um vetor de propagação do vírus. A crise sanitária e a crise ecológica estão intimamente associadas, são inseparáveis, e resultam da dinâmica de expansão ilimitada do capitalismo (Löwy, 2021, p. 49).

A consciência ecológica e a reflexão socialista levam Löwy a vislumbrar tanto o aprofundamento da catástrofe ambiental quanto a superação das condições que produzem a catástrofe a partir de um programa de ação. Em primeiro lugar, Löwy entende que as crises climáticas e ambientais deixaram de ser virtuais e possibilidades futuras e consistem agora no próprio presente:

Há alguns anos atrás, quando se falava dos perigos de catástrofes ecológicas, os autores se referiam ao futuro dos nossos netos ou bisnetos [...]. Agora, porém, o processo de devastação da natureza, de deterioração do meio ambiente e de mudança climática se

acelerou a tal ponto que não estamos mais discutindo um futuro a longo prazo. Estamos falando de processos que já estão em curso – a catástrofe já começou, esta é a realidade (Löwy, 2021, p. 49-50).

Em segundo lugar, é exatamente a partir dessa condição de crise que se tornou possível a construção de “um outro horizonte histórico, mais além do capitalismo”, isto é, o horizonte ecossocialista (Löwy, 2021, p. 51).

A pandemia de covid-19 foi, sem dúvidas, uma crise. Nesta seção, discutimos como alguns autores partiram desta crise para tentar vislumbrar diferentes futuros. Para tanto, em maior ou menor medida, deslocaram sua atenção desta pandemia específica para processos de duração mais ampla dos quais a pandemia faria parte como elemento exponencial ou catalisador. Mas o futuro otimista que tanto se esforçaram para construir – com maior ou menor ceticismo – anda lado a lado com uma outra forma de visualizar o sentido das doenças: enquanto catástrofes merecidas.

Em seu inflamado ensaio *AIDS e suas metáforas*, de 1988, Susan Sontag voltou-se contra a percepção de que o novo vírus do HIV foi enquadrado como o primeiro capítulo de uma nova era apocalíptica, como um eclipse do futuro e um vislumbre do fim do mundo. Este modo de interpretação se relaciona a um momento em que a história da humanidade, inclusive a história de suas atitudes em direção à natureza, deixa de ser fonte de inspiração e passa a ser um fardo a ser carregado (Traverso, 2022). Assim, segundo Sontag, “Se a AIDS ocupa parte tão grande de nossa consciência, é por ter sido interpretada como foi: o modelo exato de todas as catástrofes que as populações privilegiadas julgam que as esperam” (Sontag, 2007, p. 143). Ou seja, a catástrofe não era apenas iminente, mas era justa.

Isso implica em reconhecer que as projeções não são apenas técnicas, mas também impõe juízos morais à percepção e recepção da perspectiva de avanço da doença ao longo do tempo, no qual o ônus da catástrofe era justamente de suas vítimas. O que nos leva, então, a outro modelo proposto por Cronon, que também é útil para pensar as narrativas da covid-19: a de *natureza enquanto o outro demoníaco, enquanto o anjo vingador, enquanto retorno do reprimido*. Neste caso, os seres humanos são vistos como merecedores das catástrofes que os afligem. Os desastres aqui seriam uma resposta da natureza pelo mal que nós a causamos. Esse modo de enxergar o transcurso da natureza tem um forte eco no discurso ambientalista moderno, em suas manifestações moralistas e menos complexas (Cronon, 1996).

Porém, cabe notar que essa forma de enxergar os eventos “naturais” não é uma invenção do tempo presente. Mesmo no caso do nosso interesse específico, as doenças, também é recorrente seu enquadramento como punição: a literatura fornece diversos exemplos, da Bíblia a Édipo Rei. Mas se na tragédia grega o que fez a peste recair sobre Tebas foi uma transgressão em relação às normas sociais – o assassinato de Laio cometido por seu filho, Édipo – agora a natureza puniria transgressões éticas em relação ao mundo – em relação a ela mesma. Não apenas as doenças, mas os furacões, enchentes, terremotos e outras catástrofes também estão suscetíveis a esse tipo de metaforização. A ideia de que os humanos “mereciam” a covid-19 pela forma que estava tratando a Terra teve muita força no início da pandemia. Essas narrativas são mais simples e pouco explicativas, mas são percebidas como respostas fortes a eventos que causam muito sofrimento, mas trazem poucas explicações ou explicações entendidas como sem sentido. Afinal de contas, é possível que se explique que o movimento das placas tectônicas causou um terremoto ou a relação entre pressão atmosférica e temperatura dos oceanos que levou à formação de um ciclone tropical, mas ao sujeito que teve sua vida desfigurada pelo tremor ou pela tempestade não se explica com facilidade que a sua casa precisava ser demolida, alguém o dirá que algo ele deve ter feito para merecê-lo. Essa ideia traz uma curiosa analogia com o que Raymond Williams (2011) chamou de natureza personificada na forma de *Ministra de Deus*, isto é, um modelo no qual a agência da natureza é guiada segundo leis absolutas e universais. Porém, agora este discurso se apresenta de forma secular:

Há uma clareza maravilhosamente atraente nessa maneira de pensar sobre a natureza, pois ela transforma o mundo não humano em um universo moral cujas parábolas e ensinamentos são notavelmente semelhantes aos de uma religião. Precisamos desses ensinamentos, pois eles dão sentido e valor às nossas vidas. Na medida em que o ambientalismo serve como uma espécie de religião secular para muitas pessoas no mundo moderno, ele é capaz de fazer um grande bem se puder nos ensinar as histórias, como as religiões frequentemente tentam fazer, que nos ajudarão a viver vidas melhores e mais responsáveis (Cronon, 1996, p. 50. Tradução própria).

É bem verdade que há muito tempo os seres humanos se apropriam dos recursos da Terra para a produção de riqueza como se infinitos fossem, de modo que a ideia de uma “vingança” do planeta parece plausível. Mas, quando confrontada com a complexidade do mundo social humano, essa narrativa encontra problemas para se sustentar. Se a covid-19 é uma vingança contra a exaustão dos recursos naturais, por que, para ficarmos apenas no Rio de Janeiro, essa vingança se voltou mais contra quem vivia nas favelas da Maré (20% de letalidade no começo de 2020), Gardênia Azul (31,3%)

e Rocinha (23,1%) do que contra quem vivia em nos bairros nobres de Leblon (5,4%) Ipanema (8,7%) e Botafogo (5,9%)¹⁶? Esse argumento pode ser estendido a outros casos: se as enchentes são uma vingança da natureza contra a destruição dos corpos d'água, por que quem mora próximo à bacia do Rio Acari sofre mais do que quem mora ao redor do Jardim de Alah e Lagoa Rodrigo de Freitas¹⁷? Isso não significa negar a relação entre as mudanças no clima e a ação humana ou entre o desenvolvimento do urbanismo e a disseminação de doenças. Mas não há nada de essencialista no percurso da pandemia, à medida em que ele também é determinado por desigualdades econômicas, de moradia e de acesso à saúde. O principal problema da narrativa da vingança da natureza é que ela eclipsa realidades sociais concretas do mundo humano e, contraditoriamente, exime as responsabilidades por essas realidades. Em última instância, se as sociedades humanas merecem a pandemia, então em alguma medida algumas pessoas merecem morrer, e isso não pode ser uma posição aceitável, pois deixa de preconizar um não-dualismo entre a agência humana e a não-humana para assumir uma posição algo ecocêntrica¹⁸.

Entre 2020 e 2022, o pensador Ailton Krenak, em intervenções distintas, tanto reforçou quanto criticou esta concepção. Em 2020, foi publicado *O amanhã não está à venda*, certamente um dos textos de maior repercussão dentre os que discutimos aqui. Consistia em um *ebook* organizado a partir de entrevistas concedidas em abril daquele ano. Krenak afirmou que os seres humanos são “piores que a Covid-19” e defendeu que a própria humanidade é tanto causadora como merecedora do vírus:

Quando a Covid-19 ataca os pulmões, o doente precisa de um respirador [...]. Quantas máquinas dessas vamos ter de fazer para 7 bilhões de pessoas no planeta? A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio [...], cria esse mundo maravilhoso para compartilhar e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser obra de uma mãe amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante (Krenak, 2020, publicação eletrônica sem paginação).

Existe aqui a personificação de uma natureza que pune justamente porque é boa. A pandemia estaria impondo, assim, uma pedagogia moral à humanidade e revelando sua força. Um ponto fundamental para esta perspectiva é que não há alteridade entre natureza e sociedade no pensamento

¹⁶ Observatório De Favelas. Mapa social do Corona, 2020

¹⁷ O Rio Acari atravessa os bairros de Marechal Hermes, Barros Filho, Coelho Neto, Acari e Jardim América, na zona norte do Rio de Janeiro e, historicamente, suas cheias provocam enchentes devastadoras na região, invadindo casas e, ocasionalmente, provocando mortes.

¹⁸ Expressão tomada de empréstimo de Candace Slater, que define uma narrativa ecocêntrica como aquela “na qual os seres humanos se encontram forçados a interpretar um papel ambíguo e desacostumado de coadjuvante” (Slater, 1996, p. 116, tradução própria).

de Krenak, mas sim uma comunhão. Nesse sentido, a forma que Krenak enxerga a ação da natureza é produto da própria forma que o pensador enxerga o mundo em seu atual estado. Krenak também acredita que a humanidade há muito abusa da natureza e então a pandemia se torna imediatamente uma metáfora para a transmissão de seus argumentos. É interessante perceber que essa retórica só funciona em uma escala global completamente desvinculada de realidades concretas, pois localmente não explicaria o porquê da natureza ter escolhido começar, aparentemente, punindo a China e chegar ao Brasil punindo com mais força os mais pobres.

Este texto inspirou diversas outras intervenções que caminharam neste mesmo sentido. Embora o argumento da vingança da natureza tenha sido, em grande medida, abandonado conforme perdia capacidade de explicar o impacto da ação política na gestão da crise e na desigualdade social que a pandemia aumentou, ele permanece significativo de uma primeira reação ao que se vivia. Um exemplo de outro ensaio nesse sentido é *Construir paraquedas coloridos? Corona e os sonhos para além do apocalipse e da redenção*, do crítico literário Márcio Seligmann-Silva. O título é uma alusão a outro texto de Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*, de 2019, no qual o intelectual conclama que pensemos em construir “paraquedas coloridos” para desembarcar em outro mundo que não o confinado pelo pensamento ocidental, que é a forma de pensamento que leva todo o mundo para o fim. Nesse sentido, o texto vai de encontro com tantos outros aqui discutidos, isto é, busca encontrar saídas da crise em direção a um futuro mais sadio.

Seligmann-Silva argumenta que o surgimento do novo coronavírus é, em si mesmo, “resultado da destruição da biodiversidade” (2020, p. 26). Isso é muito diferente de afirmar, como o fez Michel Löwy, que o Antropoceno favorece o surgimento e, mais ainda, a disseminação de novas doenças, inclusive em termos de biodiversidade. Essa potencialidade ficou evidente no caso da gripe aviária (vírus influenza, subtipo H5N1) em 2006, pois as grandes granjas, que criam galinhas com pouca variabilidade genética, em escala industrial e confinadas, são verdadeiras facilitadoras para a transmissão do vírus entre os animais. É o que informa o material “A Gripe Aviária e as Aves Silvestres: Qual é seu papel verdadeiro em relação a propagação do vírus?”, elaborado na época pela Força-Tarefa Científica para Gripe Aviária, que incluía a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA):

O vírus se espalhou rapidamente por granjas da região aproveitando-se dos modos locais de alimentação, alojamento, abate e comércio de patos, frangos e gansos domésticos. A falta de higiene, o alojamento inadequado das aves e o convívio com outros animais domésticos aumentam grandemente o risco de propagação da infecção. A movimentação de pessoas (granjeiros, veterinários e até mesmo jornalistas e turistas) e o comércio tanto legal quanto ilegal de aves enjauladas são outros fatores que facilitam a propagação. Como resultado disso o vírus pode agora ser endêmico nas granjas avícolas do Leste e Sudeste da Ásia. A globalização tem levado a um movimento intensivo e extensivo de pessoas, produtos avícolas e materiais por todo o mundo em uma velocidade sem precedentes, o que possibilita maiores oportunidades de propagação do vírus.

Porém, ainda não está clara a maneira pela qual o SARS-CoV-2 se disseminou entre os humanos – e tampouco estava clara em abril de 2020, quando Seligmann-Silva escreveu esse texto. A hipótese de que o vírus tenha se transferido de morcegos da família *Rhinolophidae* para um hospedeiro intermediário e então aos seres humanos permanece uma hipótese que, apesar de ser a mais aceita, ainda é debatida, pois o caminho exato não pode ser traçado (Hao *et al.*, 2022; Jiang; Wang, 2022; Yoo, 2025). Ecólogos se preocuparam com a forma vulgar que essa hipótese foi disseminada: primeiro, porque tudo foi feito com muita certeza, segundo porque isso levou muitas pessoas a matarem morcegos com medo do vírus ou acreditarem em narrativas exageradas sobre o mercado de frutos do mar de Wuhan (Pereira; Bernard; Aguiar, 2020).

A relação entre controle de doenças e biodiversidade também existe, como, novamente, exemplifica o caso da gripe aviária. Porém, o autor não é capaz de demonstrar que houve alguma diminuição da biodiversidade na região em que o vírus se disseminou primeiro e que essa teria sido a causa do *spillover*, ou seja, da passagem do vírus de animais para humanos. Não é isso que está em debate nas investigações das origens do SARS-CoV-2. Trata-se de um uso impreciso de uma agenda – a defesa da biodiversidade – que adquiriu enorme força no discurso ambientalista, conforme cresceu a demanda por proteção de animais sob risco de extinção, mas muitos não se atentam ao que ela de fato quer dizer. É claro que não há um sentimento anti-China explícito no pensamento de Seligmann-Silva e trata-se de uma intervenção muito bem intencionada, mas também é verdade que ele carece de sentido histórico, ecológico e científico. Porém, sua argumentação é especialmente problemática quando se sugere que o vírus tenha surgido na China e as populações que vivem da criação e comércio de pequenos animais em Wuhan tenham sido globalmente culpabilizadas pelo novo coronavírus (Quinan; Araújo; Afonso, 2021). Assim, quando Seligmann-Silva afirma que a pandemia de covid-19 é “fruto da invasão desses habitats ricos em biodiversidade”, ele pode estar abrindo margem para a

condenação por “invasão” da natureza justamente aqueles cujo modo de vida não é, na verdade, distante das florestas, que deveriam, se seguirmos essa lógica, ser mantidas prismáticas e intocadas.

Este modo de vida que não abre a Caixa de Pandora das doenças é o que Seligmann-Silva acredita que corresponda ao dos indígenas americanos. O autor afirma que a cultura indígena “vive há milênios nas Américas sem nunca ter chegado à situação semelhante” (Seligmann-Silva, 2020, p. 22). Evidente que não, justamente porque as condições de disseminação das doenças não se encontravam como tal. É verdade que existe uma relação histórica entre as doenças vindas da Europa, como a varíola e a influenza, e o genocídio do povo indígena americano (Arnold, 1996). Ademais, a disseminação de doenças entre os indígenas continua fazendo parte dos ataques que essas comunidades sofrem no tempo presente, seja na contaminação dos rios com mercúrio do garimpo ou como nos casos de malária e anemia entre os yanomami neste século (Ramos; Oliveira; Rodrigues, 2020; Grenfell *et al.*, 2008). Porém, dizer que as populações indígenas convivem menos com doenças porque são “as grandes responsáveis pela conservação dos territórios da biodiversidade” é uma visão bastante limitada e romaneada da história indígena (Seligmann-Silva, 2020, p. 26). Não apenas os indígenas americanos conviviam com doenças infecciosas que ainda hoje fazem parte do nosso cotidiano, como a leishmaniose e a sífilis, como também desenvolveram uma medicina complexa para lidar com as doenças presentes em seu cotidiano. Na verdade, é difícil imaginar algum espaço habitado pela humanidade no qual ela não conviva com algum agente patógeno – como vírus, protozoários e bactérias –, quer ela esteja consciente disso ou não. Essa abstração só é possível a nível intelectual. No caso das bactérias, não é possível imaginar sequer a vida humana sem a sua presença (Haumann, 2020).

As ideias do autor se relacionam diretamente com aquilo que Candace Slater chamou de “narrativa edênica”, isto é, narrativas nas quais “uma natureza original e imaculada é perdida através de algum ato humano culpável que resulta em degradação ambiental e risco moral” (Cronon, 1996, p. 36). A *natureza como Éden* é o estágio anterior da ideia de natureza como anjo vingador que discutimos anteriormente. Segundo Slater, essas narrativas “destacam a nostalgia de um passado perfeito ou medos profundos de perdas contínuas. Tais histórias podem implicar esperanças de redescoberta do paraíso (a recuperação, por exemplo, de um estado original de inocência e abundância por meio de um retorno à natureza)” (Slater, 1996, p. 116. Tradução própria.).

A crítica a esta perspectiva está bem colocada em outro texto do próprio Ailton Krenak, *Futuro Ancestral*, publicado em 2022 e organizado a partir de falas do autor proferidas entre 2020 e 2021. Em um capítulo dedicado à pandemia, Krenak coloca:

Em uma oportunidade que tive de tecer comentários sobre essa travessia, alguém me perguntou: “Ailton, a covid nos ensinou alguma coisa?”, e eu respondi: “Por que que você acha que ela deveria nos ensinar algo? A pandemia não vem para ensinar nada, mas para devastar nossas vidas. Se você está achando que alguém que vem para te matar vai te ensinar algo [...]. Os brancos que me perdoem, mas eu não sei de onde vem essa mentalidade de que o sofrimento ensina alguma coisa (Krenak, 2022, p. 47-48).

É bem verdade que essa retórica tem raízes profundas no pensamento ocidental, mas ela não deixou de ecoar primeiro na forma de um discurso ambientalista moralista e depois na forma de uma moral decolonial – como o próprio Krenak fez nos primeiros meses de 2020 e também Seligmann-Silva.

Em que pese essa contradição, *Futuro Ancestral* merece atenção a partir das ideias que traz em si mesmo. O texto consiste em uma intervenção crítica ao modo de vida das cidades ocidentais, que Krenak entende como expressões do capitalismo que destrói o planeta. Se essa é a expressão que ameaça o futuro, a proposta de Krenak é fortalecer outras, não necessariamente novas, mas as que já estavam aqui, as ancestrais, pois elas representariam formas possíveis de existir na Terra em comunhão com tudo que nela habita. Ou seja, o futuro desejável é representado como memória do passado. Krenak coloca-se como crítico ao antropocentrismo, pois este modo de entender a relação homem-natureza é que permitiria a desconsideração pelo planeta e, conseqüentemente, a exploração desenfreada de seus recursos. Para Krenak, é preciso pensar em “narrativas de mundo” para além das quais “só o humano age” e, assim, “silencia todas as outras presenças” (Krenak, 2022, p. 37). O ambiente que silencia as outras presenças é a cidade ocidental capitalista, que se afirma na modernidade como ambiente sanitário e higiênico, em oposição à floresta:

A cultura sanitarista [...] entra com a seguinte lógica: sanear é urbanizar, urbanizar é sanear. [...] Nessa direção, a floresta, os bosques, os ecossistemas vivos, com sua capacidade óbvia de produzir vida e também vírus, vão se constituir em lugares que devem ser cercados para não contaminarem as cidades (Krenak, 2022, p. 60-61).

A floresta em *Futuro Ancestral* é um ambiente complexo, que contém múltiplas potencialidades de existência. Krenak tece, assim, uma crítica pungente à ideia de natureza como outro, conclamando

para a experiência do que chama de vida selvagem, isto é, um modo experienciar a natureza em simbiose com a humanidade, inclusive no espaço urbano. Nesse sentido, o que está colocado não é uma reação completa ao urbano em qualquer forma, mas o seguinte desafio: “Como reconverter o tecido urbano natural em tecido urbano industrial, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro?” (Krenak, 2022, p. 66).

Considerações finais

Se a pandemia pôde ser interpretada como parte de processos tão distintos, é porque a fragmentação, em relação ao passado, deste presente da urgência e da catástrofe é, ainda, de difícil entendimento. Mais difícil do que compreender, plenamente, o que se passa, nesta época marcada pela aceleração, é figurar futuros que não o da catástrofe. Essa foi a tarefa à qual se colocaram muitos intelectuais brasileiros. Os muitos usos do passado que discutimos aqui caminham para diferentes futuros, que aparecem opacos no horizonte de expectativas rebaixado, mas que têm em comum o fato de que este presente consiste cada vez mais em uma experiência intolerável e, talvez sobretudo, inaceitável.

Se a pandemia consistiu em uma novidade do ponto de vista de sua magnitude planetária, as ideias em torno dela não surgiram “do nada” e, por vezes, consistiam em reelaborações de concepções de longínqua raiz histórica, muitas vezes problemáticas. Se for verdade que, conforme se estabelece o Antropoceno, conviveremos cada vez mais com epidemias e pandemias, é importante que os historiadores complexifiquem seus conhecimentos sobre suas propriedades. Isso não significa recorrer às ciências naturais como explicação neutra e objetiva para os processos históricos – também a escrita das ciências médicas e biológicas possuem sua historicidade e suas relações com a sociedade, a cultura e o poder –, mas sim expandir seus horizontes para um diálogo mais criativo com as ciências naturais e menos binária em relação ao conhecimento humano.

Referências

ALMEIDA, H.; SESQUIM, I.; RODRIGUES, T. (Org.). *Escritas do isolamento: afetos e distâncias na pandemia da Covid-19*. São Paulo: Ape’Ku, 2023.

ARNOLD, D. *The problem of nature: Environment, culture and European expansion*. Oxford; Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

ARNOLD, D. *Pandemic India: From Cholera to Covid-19*. Londres: Hurst Publishers, 2022.

SILVEIRA, C.; SOUZA, L. Memória do capitalismo como ausência: um estudo a partir da pandemia de Covid-19 e do Memorial Inumeráveis. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 17, p. 1–30, 2024.

BUTLER, J. Judith Butler sobre a Covid-19: O capitalismo tem seus limites. *Blog da Boitempo*. Acesso em 5 ago. 2025. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>>.

BOLSONARO afirma que Mandetta divulgou números “fictícios” da Covid-19. *CNN Brasil*. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-mandetta-divulgou-numeros-ficticios-da-covid-19/>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

CRONON, W. Introduction: in search of nature. In: CRONON, William (org.). *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1996, p. 23-68.

CRONON, W. A Place for Stories: Nature, History, and Narrative. *The Journal of American History*, v. 78, n. 4, p. 1347–1376, mar. 1992.

FERRARI, I. W. et al. “Tratamento precoce”, antivacinação e negacionismo: quem são os Médicos pela Vida no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil?. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 11, p. 4213–4213, 17 out. 2022.

FORÇA-TAREFA CIENTÍFICA PARA GRIPE AVIÁRIA. *A Gripe Aviária e as Aves Silvestres: Qual é seu papel verdadeiro em relação a propagação do vírus?*, 2006.

GRENFELL, P. et al. Anaemia and malaria in Yanomami communities with differing access to healthcare. *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, v. 102, n. 7, p. 645-652, 2008.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, F. *Crer em história*. Autêntica: Belo Horizonte, 2017.

HAO, Y. et al. The origins of COVID-19 pandemic: A brief overview. *Transboundary and emerging diseases*, v. 69, n. 6, p. 3181-3197, 2022.

HAUMANN, S. Viruses, Practices and Perception. *Journal for the History of Environment and Society*, v. 5, p. 151–158, jan. 2020.

IEGELSKI, F. La historia frente al surgimiento de nuevos presentes. *Ariadna Histórica*, v. 13, 2024, pp. 167–191

JIANG, X.; WANG, R.. Wildlife trade is likely the source of SARS-CoV-2. *Science*, v. 377, n. 6609, p. 925-926, 2022.

- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LÖWY, M. *O que é o Ecosocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.
- LÖWY, M. Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecosocialista. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 48, 2021.
- MACIEL, A. C.; FERREIRA, J. F.. Tempo e trauma: considerações sobre a urgência do testemunho e as temporalidades da pandemia. In: VARGAS, M.; CALDAS, P.; CORREIA, S. (org.) *Testemunho e escrita da história: da Grande Guerra à pandemia da Covid-19*. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 145-155.
- MAIA, A.C.N.; SILVA, R.H.A.. A sirene que não toca: memórias sobre ruínas e desocupação de uma cidade mineradora. *História Oral*, v. 22, n. 2, p. 58-73, 2020.
- MAIA, A.C.N.; CASA NOVA, V. (org.). *Arquivo pandemia: volume 1 e 2*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- MAIA, A.C.N.; MENDES JUNIOR, G. B. A. Como adiar o fim do mundo? Extrema direita, desindustrialização nociva e crise ambiental. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 45, n. 1, p. 39-52, 2024.
- MARINO, I. K.; SILVEIRA P.; NICODEMO, T. Arquivo, memória e Big Data: Uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*, [S. l.], v. 11, n. 01, p. 90–103, 2020.
- MARTELLO, A. Guedes diz que chinês inventou vírus da Covid e que vacina do país é “menos efetiva” que a dos EUA. *Portal G1*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/27/guedes-diz-que-chines-inventou-virus-da-covid-e-que-vacina-do-pais-e-menos-efetiva-que-a-dos-eua.ghtml>>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- MASCARO, A. *Crise e pandemia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- MILITÃO, E. Sem provas, Bolsonaro cita vírus de laboratório e lança dúvida sobre China. *UOL Notícias*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/05/bolsonaro-virus-china.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Covid-19: casos e óbitos*. Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em 05 ago. 2025.

MURAKAWA, F. Bolsonaro ataca China e mente sobre pandemia e vacinas em culto em Goiás. *Valor Econômico*. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/06/09/bolsonaro-ataca-china-e-mente-sobre-pandemia-e-vacinas-em-culto-em-gois.ghtml>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

NASH, L. Writing Histories of Disease and Environment in the Age of the Anthropocene. *Environmental History*, v. 20, n. 4, p. 796-804, 2015.

NELKIN, D.; GILMAN, S. L. Placing blame for devastating disease. *Social research*, p. 361-378, 1988.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. *Mapa social do Corona*, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE. *El estado del clima en América Latina y el Caribe 2020*, 2021.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PÁDUA, J. A.; SARAMAGO, V. O Antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 24, n. 54, p. 659–669, 1 set. 2023.

PEREIRA, M. J. R.; BERNARD, E.; AGUIAR, L. M. S. Bats and COVID-19: villains or victims?. *Biota Neotropica*, v. 20, n. 3, p. e20201055, 2020.

QUEIROGA, L. Bolsonaro contraria autoridades de Saúde e afirma que infecção por Covid-19 é “mais eficaz” do que vacinação. *Jornal O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-contraria-autoridades-de-saude-afirma-que-infeccao-por-covid-19-mais-eficaz-do-que-vacinacao-25066354>>.

QUINAN, R.; ARAUJO, M.; DE ALBUQUERQUE, A. Culpa é da China! *Revista ECO-Pós*, v. 24, n. 2, p. 151–174, 30 nov. 2021.

RAMOS, A. R. A.; OLIVEIRA, K.A.; RODRIGUES, F.S.. Mercúrio nos garimpos da terra indígena Yanomami e responsabilidades. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, p. e03262, 2020.

RODEGHERO, C. S.; WEIMER, R.. Pode a história oral ajudar a adiar o fim do mundo? Covid-19: tempo, testemunho e história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p.472-491, set-dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210303>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ROUSSO, H. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SELIGMANN-SILVA, M.. Construir paraquedas coloridos? Corona e os sonhos para além do apocalipse e da redenção. In: MAIA, A.C.N.; CASA NOVA, V. (orgs.). *Arquivo pandemia: diários íntimos*,

recortes poéticos, históricos, geográficos, políticos, antropológicos, artísticos, psicossociais do isolamento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

SENADO FEDERAL. *CPI da pandemia: relatório final.* Brasília: Senado Federal, 26 out. 2021.

SCHELLER, F.; SILVA, C. Indústrias definem “novo normal” ao retomar atividades. *Estadão*. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20240420140320/https://www.estadao.com.br/economia/industria-s-definem-novo-normal-ao-retomar-atividades/>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

SCHWARCZ, L. M. *Quando acaba o século XX.* São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, M. F. *et al.* Ageismo contra idosos no contexto da pandemia da covid-19: uma revisão integrativa. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 4, 5 abr. 2021.

SLATER, C. Amazonia as edenic narrative. In: CRONON, W. (org.). *Uncommon ground: rethinking the human place in nature.* Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1996, p. 114-131.

SONTAG, S. *Doença como metáfora/ AIDS e suas metáforas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TURIN, R. Tempos pandêmicos e cronopolíticas. In: PELBART, P.; FERNANDES, R. (Org.). *Pandemia Crítica - Outono.* 1ed. São Paulo: N-1, 2021, v. 1, p. 326-330.

TRAVERSO, E. *Left-wing melancholia: Marxism, history, and memory.* Nova Iorque: Columbia University Press, 2016.

TURIN, R. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 24, n. 54, p. 703-724, 2023.

TV SENADO. *CPI da Pandemia ouve Mandetta, ex-ministro da Saúde - 4/5/2021.* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIF8_FarAZs>. Acesso em: 5 ago. 2025

WILLIAMS, R. Ideias sobre a natureza. In: *Cultura e materialismo.* São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 89-114.

YOO, J. On the Controversies Surrounding the Lab-Leak Theory of COVID-19. *Journal of Korean Medical Science*, v. 40, n. 16, 2025.